

EVASÃO ESCOLAR E SOCIEDADE: reflexões a partir da realidade do Curso de Licenciatura em Artes Visuais IFMA CCH

RESUMO

O presente artigo tece reflexões a partir de uma aproximação inicial com o problema da evasão escolar no Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH. Foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica (análise documental e revisão de literatura) e pesquisa de campo (entrevista semiestruturada). As análises fundamentam-se nos referenciais teórico-metodológicos dos campos da sociologia, política e gestão da educação. O objetivo foi levantar questões a partir da realidade empírica demarcada para o aprofundamento do debate e das reflexões. As considerações reforçam a localização da evasão no cerne das contradições situadas na relação educação-sociedade.

Palavras-chave: Sociedade. Evasão Escolar. Licenciatura em Artes Visuais.

ABSTRACT

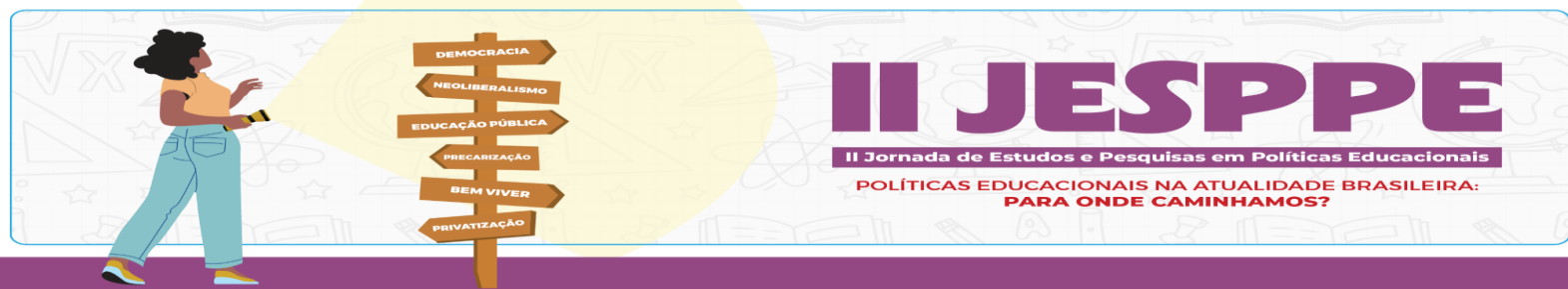
This article reflects on an initial approach to the problem of school dropout in the Visual Arts Degree Course at IFMA CCH. Bibliographical research (document analysis and literature review) and field research (semi-structured interviews) were carried out. The analysis was based on theoretical and methodological references from the fields of sociology, politics and educational management. The aim was to raise questions based on the empirical reality identified in order to deepen the debate and reflections. The considerations reinforce the location of dropout at the heart of the contradictions situated in the education-society relationship.

Keywords: Society. School Dropout. Degree in Visual Arts.

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar, um dos problemas centrais da educação pública, tem sido costumeiramente compreendida a partir de aspectos pontuais, em uma apreensão reduzida, por vezes, à perspectiva da falha individual, do erro metodológico no espaço escolar e como elemento insuperável pela educação.

Em consonância com Saviani (2007, 2009), para a melhor compreensão, o problema deve ser analisado a partir da totalidade que permeia o tecido social, reconhecendo-o como sintoma das desigualdades inerentes à reprodução das relações de produção capitalistas, configurando-se como um fenômeno complexo que demanda análise para além de explicações superficiais. A escola, ao



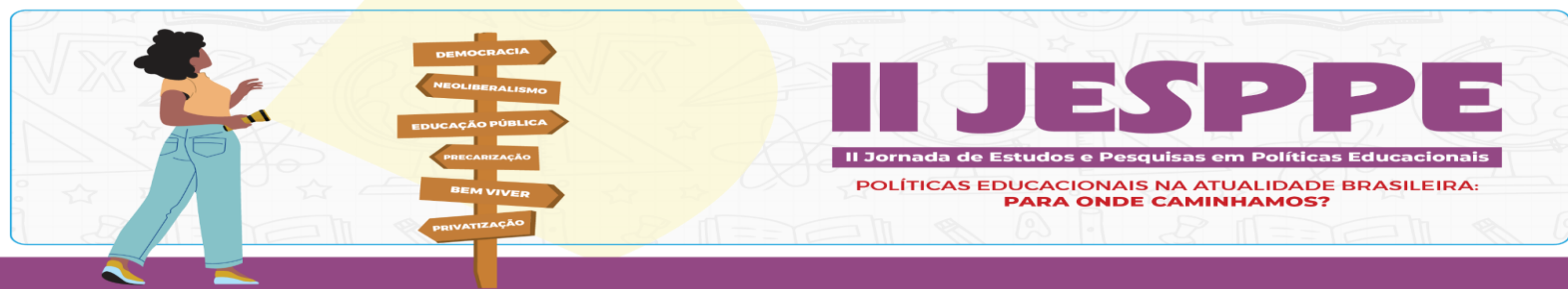
manter-se alheia e rígida às demandas sociais específicas, reproduz as mesmas lógicas de exclusão e marginalização que caracterizam o sistema em que estamos inseridos.

Orientado por essa compreensão, o artigo que ora se apresenta parte dos estudos desenvolvidos durante a oferta da disciplina Sociologia da Educação, no semestre 2024.2 do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís Centro Histórico (CLAV – IFMA CCH). Dessa forma, este estudo está inicialmente relacionado às reflexões sobre o problema da evasão no curso em questão, desenvolvidas durante as atividades acadêmicas por um amplo grupo de estudantes, sob orientação da professora da disciplina.

Reconhecida a gravidade do problema no Curso e buscando um aprofundamento das primeiras reflexões desenvolvidas no âmbito da referida disciplina, os estudantes vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Política, Trabalho e Educação (GEPPTTE IFMA) passaram a uma investigação mais rigorosa, em articulação à linha de pesquisa Política Educacional Brasileira. Neste ensejo, estabeleceu-se como objetivo levantar questões a partir de uma primeira aproximação com o problema, analisando as determinações sociais sobre a evasão escolar no Curso, contribuindo para o debate mais amplo sobre os desafios da formação docente em artes na atual conjuntura e considerando a relação com as políticas educacionais, formação docente e gestão escolar a partir de uma perspectiva de classe e totalidade.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da instituição, há a necessidade de formação de profissionais da educação considerando “uma consistente fundamentação científica associada a conhecimentos que propiciem a formação de cidadãos capazes de participar e influir na construção e na transformação da sociedade” (IFMA, 2019, p. 6). Entretanto, tal proposta esbarra nas contradições históricas que marcam o ensino das artes, que oscila entre a polivalência que homogeneiza as expressões artísticas e um tecnicismo reducionista que impõe a visão utilitária da educação artística, distanciando-a de sua função enquanto forma de expressão humana e crítica social.

Com base teórica nas obras de Saviani (2007, 2009), Kruppa (2010), Luckesi (1994) e Brandão (1995), este estudo parte da compreensão da educação como um campo de disputas e de contradições no interior da sociedade de classes, bem como da ação crítica-reflexiva que deve ser



orientada pela transformação do real. Metodologicamente o presente trabalho combina pesquisa bibliográfica (análise documental do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] e revisão de literatura) e pesquisa de campo (entrevista semiestruturada com a atual coordenação do curso).

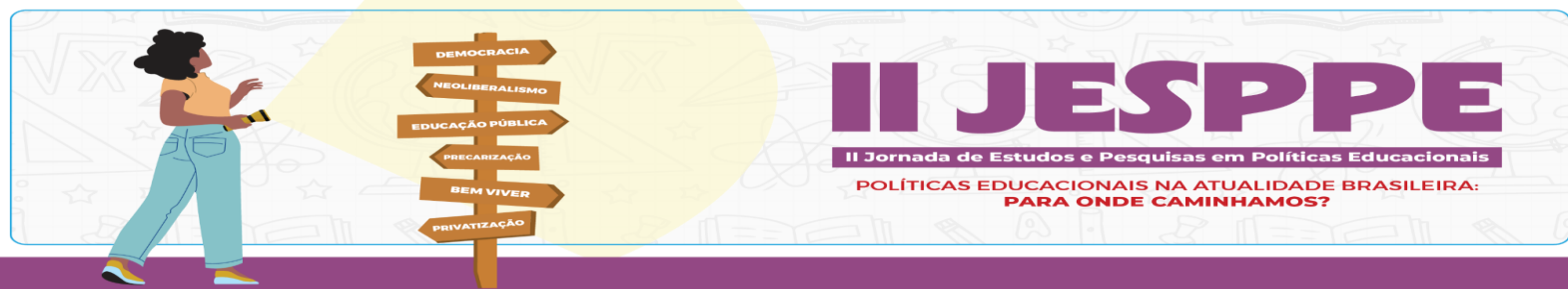
Ressalta-se que este artigo propõe primeiras aproximações com o objeto e seu território empírico por meio do levantamento de dados junto à atual gestão do curso, contribuindo com a ampliação do debate, sua movimentação e aprofundamento. Nesse sentido, o artigo apresenta inicialmente um debate sobre a relação evasão/sociedade, identificando as contribuições das teorias da sociologia da educação para a investigação do problema. Na sequência se discute a questão da evasão escolar no CLAV – IFMA CCH, a partir da análise inicial dos dados (teórico-metodológicos e empíricos). Por fim, apresentam-se algumas considerações finais, a fim de elencar questões para discussões posteriores.

2 REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

No presente estudo, vê-se a evasão escolar enquanto fenômeno social, cujo verdadeiro entendimento não pode ser alcançado fora das relações materiais e históricas que a determinam. Como aponta Brandão (1995, p. 4), a educação não é um processo neutro ou universal, configurando-se em uma prática social que reflete e reproduz as contradições da sociedade em que está inserida.

Essa concepção, central ao campo da sociologia da educação, desvela que a escola, longe de ser o espaço de emancipação universal e equalização social da promessa burguesa, hegemonicamente atua como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais reforçando a marginalização sistêmica dos filhos da classe trabalhadora ao acesso aos saberes historicamente acumulados e sua função de perpetuação da divisão social do trabalho.

A divisão entre os que possuem os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho cada vez mais se acentua na acumulação flexível, acirrando-se, ao contrário do que diz o novo discurso do capital, a cisão entre o trabalho intelectual, que compete cada vez a um número menor de trabalhadores, estes sim, com formação flexível resultante de prolongada e contínua formação de qualidade, e o trabalho instrumental cada vez mais esvaziado de conteúdo. (Kuenzer, 2005, p. 12).



Nessa dinâmica, visando a sua compreensão em relação à totalidade que a define enquanto um problema, importa considerar a evasão escolar como um reflexo das estruturas de exclusão inerentes ao regime político e socioeconômico capitalista, pressuposto sob o qual estão fundamentadas as reflexões tecidas sobre o revés da evasão escolar no CLAV – IFMA CCH, à medida em que é objeto central da investigação que ora se apresenta os resultados parciais.

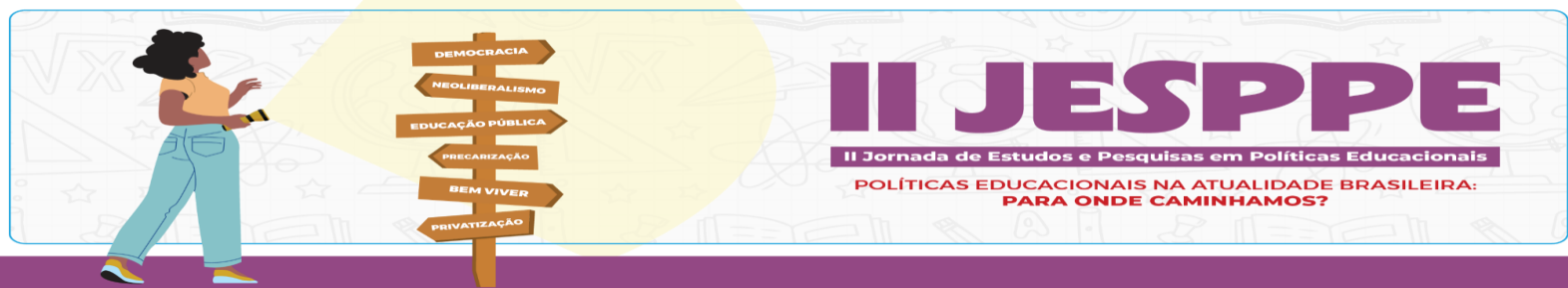
Para tanto, parte-se das contribuições de Saviani (2009, p. 69) para os estudos sobre os problemas educacionais, quando esse estabelece uma clara diferenciação entre teorias não críticas e as teorias crítico-reprodutivistas da educação¹. Ao passo que as primeiras concebem a educação como um instrumento de correção das desigualdades, as segundas entendem que a escola está intrinsecamente ligada à reprodução das relações de dominação e marginalização.

Marginalizados são os grupos ou classes dominadas. Marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico) e marginalizados culturalmente porque não possuem força simbólica (capital cultural). E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma. (Saviani, 2009, p. 73)

No caso da evasão escolar, as teorias crítico-reprodutivistas nos permitem analisar o processo de marginalização dos estudantes enquanto consequência direta da divisão de classes, e não acidente. É necessidade de um sistema que, como aponta Kruppa (2010, p. 27), distribui o conhecimento de forma desigual, porque “quanto maior for essa desigualdade, maior será a relação entre saber e poder”.

Amparando-se nas reflexões de Libâneo (1998, p. 22 *apud* Kuenzer, 2005, p. 5), se o trabalho pedagógico é uma prática social que “atua na configuração da existência humana individual e grupal para realizar nos sujeitos humanos as características de seres humanos” em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, nesse caso, o do capital.

¹ Em seu livro *Escola e Democracia*, Saviani (2009) aponta como *teorias não críticas* as pedagogias Tradicional e Nova. Como *crítico-reprodutivistas* aponta as teorias: sistema de ensino enquanto violência simbólica (Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron); teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado (Louis Althusser) e teoria da escola dualista (Christian Baudelot e Roger Establet).



Luckesi (1994, p. 41) complementa essa análise ao afirmar que a educação é uma instância da sociedade e, como tal, reproduz suas contradições. No entanto, o autor aponta que a educação não é necessariamente reprodutivista, podendo também ser espaço de crítica e transformação – dualidade fundamental para entender a evasão escolar.

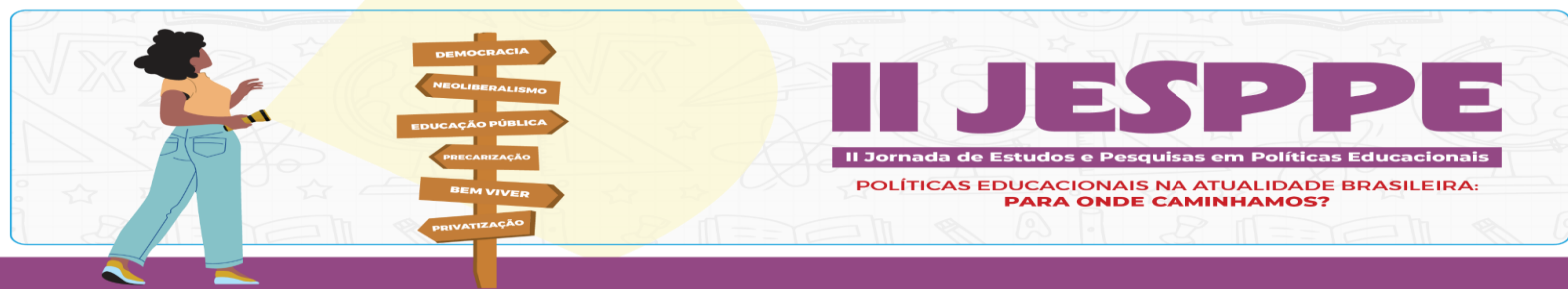
Sob este prisma, enquanto a escola pode reforçar as desigualdades, ela também tem o potencial de se tornar um campo de luta contra a marginalização. Saviani (2007, p. 159) perquire a questão ao examinar a relação entre trabalho e educação, argumentando que apenas uma formação que explicita os vínculos entre conhecimento e prática produtiva pode romper com a alienação inerente à educação capitalista, de modo a recuperar a conexão entre o saber e o trabalho.

O mecanismo pelo qual a alienação em questão se efetiva é precisamente o que Almeida (2005, p. 145) denuncia como “pseudoneutralidade”: “quanto mais o sistema escolar dissimular sua ação pedagógica e suas relações com as estruturas objetivas sob a característica de pseudoneutralidade, mais estará funcionando como instrumento de reprodução social” (p. 145).

Esse mecanismo torna-se ainda mais perverso em contextos de precarização educacional e reformas empresariais, em que a redução da carga horária das disciplinas em detrimento de outras e a desvalorização docente com a fragmentação do trabalho atendem às demandas do mercado em vez da formação omnilateral. De acordo com Peroni e Caetano (2022, p. 6), o Estado vai de executor das políticas sociais a controlador de resultados, fomentando o ideal do empreendedorismo e da meritocracia e deslocando para o indivíduo as responsabilidades que seriam do poder público. Nessa esfera, a educação assume função estratégica na construção e manutenção do projeto societário neoliberal, constituindo-se tanto como uma ferramenta de aparato ideológico como um meio de controle ativo dos trabalhadores no sistema.

No campo específico do ensino de arte, essa contradição se expressa de forma contundente. Embora a disciplina ocupe, formalmente, lugar no currículo escolar – cumprindo função legal na construção social e cultural – sua efetiva capacidade ampla de formação na qualidade de linguagem crítica e sensível permanece esvaziada, processo que se intensifica no contexto das reformas empresariais da educação.

Como reflete Barbosa (2016, p. 1), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reduzir agressivamente e explicitamente o espaço das artes, relegou-as a um papel de



subcomponente, estratégia política que mantém a disciplina nominalmente presente no currículo enquanto esvazia seu conteúdo, acarretando a precarização do trabalho docente, o rebaixamento do conhecimento artístico à atividade complementar - perdendo seu status de linguagem específica - e a formação sendo subordinada a objetivos utilitaristas e imediatos ao mercado.

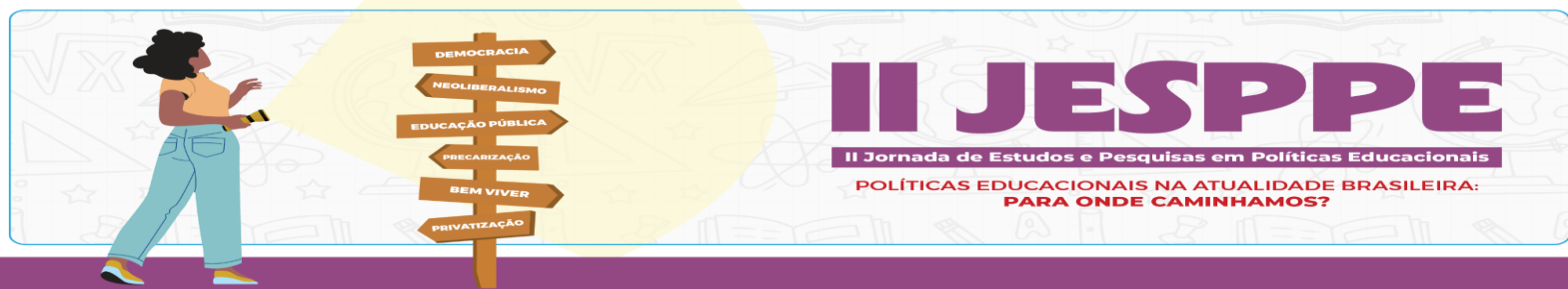
Desse modo, se no horizonte do projeto de educação mercadológico a formação em arte permanece insignificante, é através de uma perspectiva emancipatória, democrática e estética, que se torna possível o reconhecimento do ser humano, com suas experiências e interpretações, em complexidade simbólica e sensível.

A precarização do saber em artes visuais se intensifica em um sistema que, ao dissimular suas determinações materiais, sustenta a ilusão da igualdade de oportunidades e aprofunda a exclusão da classe trabalhadora. A evasão escolar, nesse cenário - particularmente no que diz respeito ao ensino de Arte -, deixa de ser vista como expressão das lutas de classe que atravessam a escola para ser tratada como um problema gerencial ou responsabilidade individual, ocultando sua raiz estrutural.

Assim, o caminho teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento do estudo, cujos dados ora se apresentam, busca fundamentação na articulação crítica entre os fundamentos teóricos e a experiência concreta dos sujeitos envolvidos, reconhecendo a pesquisa como ato político e educativo. Configura-se como primeira aproximação ao problema combinando pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, conforme indicado na introdução.

Compreende-se, portanto, a revisão de literatura como uma etapa fundamental que garante a fundamentação teórica do trabalho, permitindo-nos aproximar das principais teorias que dialogam com o tema central da pesquisa. A partir dessa revisão, busca-se embasar a análise e interpretação dos dados, além de situar o estudo dentro de um referencial teórico consolidado na área da sociologia da educação.

A realização da entrevista semiestruturada como metodologia utilizada na pesquisa de campo se configura como etapa crucial na coleta de dados. Para tanto, foi entrevistado o coordenador do curso, com o objetivo de obter informações qualitativas que complementam a análise documental e a revisão bibliográfica, oferecendo uma perspectiva empírica sobre o fenômeno da evasão no CLAV – IFMA CCH. Nessa etapa da pesquisa, as questões da entrevista



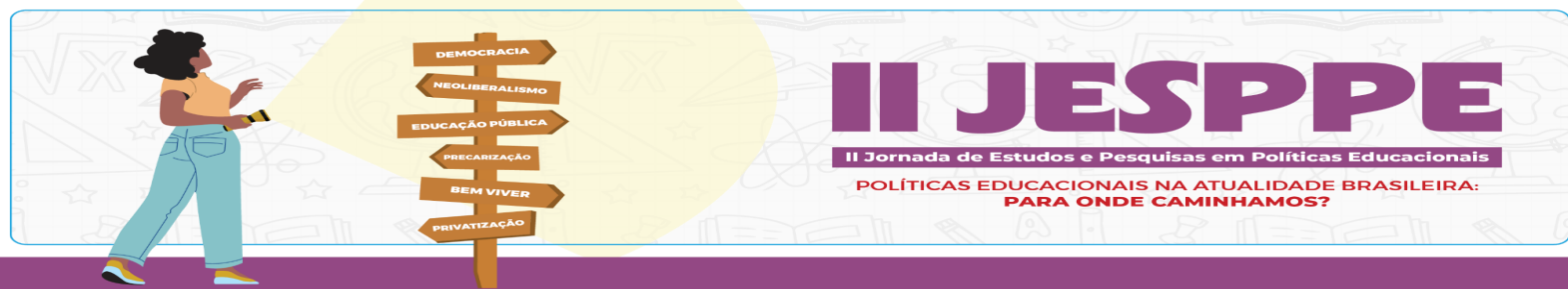
foram orientadas pelos seguintes temas: objetivos do curso e formação docente; dados e gestão da evasão; infraestrutura e políticas públicas; formação docente e conjuntura atual; programas de permanência e inclusão; fatores socioeconômicos; o papel do arte-educador.

Em etapas subsequentes, a partir das teorias revisadas, examinamos o problema buscando a compreensão do fenômeno a partir dos processos históricos e dialéticos que os atravessam, bem como do movimento empírico dos sujeitos em relação a esses processos e suas contradições. Estabelecemos, assim, uma teorização que procura elucidar o problema, identificando e descrevendo o fenômeno a partir do desvelamento da realidade, considerando a sua complexidade conjuntural.

3 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS – IFMA CCH

A entrevista realizada com a atual coordenação do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH trouxe para o debate um conjunto de questões estruturais, pedagógicas e políticas que, ao serem articuladas ao referencial teórico, reforçam a necessidade de perceber a formação docente como campo tensionado entre os limites impostos pela estrutura educacional do sistema capitalista e as possibilidades de construção de práticas alternativas.

No âmbito da arte-educação, é emergente a compreensão de que o processo artístico em si carrega um potencial educativo fundamental à formação do arte-educador, concepção que instiga visões reducionistas que limitam a arte ao tecnicismo e reivindica seu caráter epistemológico. Conforme destacado na entrevista, “é necessário pensar o fazer artístico como forma de produção de conhecimento”, evidenciando a potência da arte como mediação sensível e crítica da realidade. No entanto, foi ressaltado que as possibilidades de experimentação e vivência artística são restritas ao espaço da sala de aula, o que impede o acesso dos estudantes a experiências formativas mais amplas. A formação no curso, nesse sentido, é atravessada por uma contradição fundamental: “em que estamos nos formando?”, indagou a coordenação, ao explicitar o desalinhamento entre as expectativas formativas dos estudantes e a estrutura do curso.



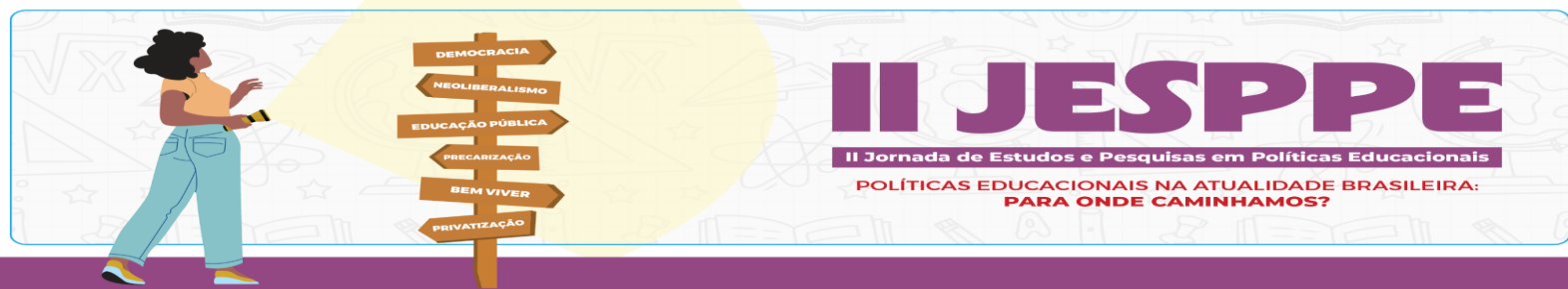
Parte significativa dos discentes ingressa na licenciatura com o desejo de atuar como artistas, não como professores. Esse distanciamento entre as expectativas iniciais dos graduandos e os objetivos da graduação resulta, entre outros fatores, da precarização do trabalho docente a partir do descaso com a educação pública. Como afirmado na entrevista, “existe um estigma com relação ao professorado, e isso desestimula quem se forma em Licenciatura”, destacando que muitos estudantes “não querem ser professores” justamente pelos desafios colocados à valorização da carreira docente – um dado que relaciona a questão da evasão aos debates no campo da política pública educacional brasileira e à desvalorização do trabalhador da educação.

No âmbito do ensino das artes visuais, são marcantes os impactos das recentes reformas educacionais, estabelecidas em meio ao aprofundamento do processo de empresariamento da educação brasileira, no qual as disciplinas de formação básica passam a ser ajustadas na atual BNCC de acordo com os limites do projeto empresarial de sociedade e educação. Essa realidade impacta diretamente na desvalorização do trabalho docente nas artes, como problematiza a reflexão que segue:

A arte enquanto um campo de conhecimento, com suas especificidades, materialidades e políticas de representação, se constitui em todos os níveis da educação básica como uma plataforma de pensamento para problematizar as narrativas culturais, questionar a hegemonia, produzir aberturas para a pluralidade e a diferença. No entanto diante do retrocesso é preciso questionar: como manter e ampliar esse campo de formação frente a uma concepção de base curricular que generaliza as linguagens artísticas e retira a sua obrigatoriedade em todos os níveis da educação básica? (Vasconcellos; Storek; Momoli, 2018, p. 249).

Nesse sentido, para se abordar em profundidade o problema da evasão, é imprescindível demarcar os impactos danosos do projeto de sociedade e educação estabelecidos dentro dos limites de interesse do capital. A educação pública e as áreas de conhecimento de natureza histórico-crítica, criativa e problematizadoras passam a ser controladas desde o currículo escolar estabelecido nacionalmente, relegando áreas de conhecimento como as artes visuais a um papel secundário na educação básica.

Ainda no âmbito do enfraquecimento das políticas públicas educacionais, desvelou-se por meio da pesquisa dados de natureza financeira que impactam diretamente no problema da evasão. Segundo a coordenação, a evasão é uma realidade estrutural e generalizada no IFMA, mas afeta

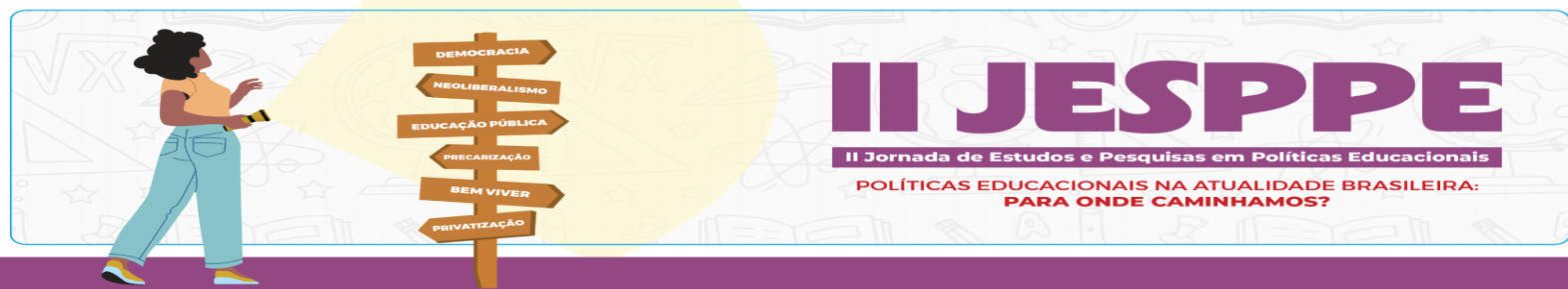


com maior intensidade as licenciaturas. Ainda que programas de permanência, como o programa Pé-de-Meia, ofereçam algum suporte financeiro, essas ações atuam de forma paliativa, não enfrentando as causas fundantes da evasão.

Nesse aspecto, foram discutidas as limitações das políticas institucionais de apoio à permanência e inclusão. Embora existam programas como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o Departamento de Ações Inclusivas (DAI) e ações voltadas à assistência étnico-racial, a percepção é de que essas iniciativas ainda são insuficientes frente à complexidade da realidade enfrentada pelos estudantes.

Consoante o relato do coordenador, “não existem programas específicos para as demandas da licenciatura”, e as ações realizadas via Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), apesar de funcionais, são limitadas financeiramente. O apoio, na prática, “ainda é mínimo”, e questões como maternidade, condição socioeconômica e o perfil étnico-racial dos estudantes – majoritariamente mulheres negras e de baixa renda – seguem sem políticas adequadas. A estrutura institucional, segundo o entrevistado, necessita ser capaz de pensar políticas horizontais de permanência: “esse tipo de suporte precisa ser pensado como uma política para todos os corpos que habitam o IFMA, e não apenas como uma concessão pontual”.

Outro ponto crítico abordado que impacta a realidade da evasão escolar no Curso em análise diz respeito à gestão administrativa do IFMA. O acúmulo de tarefas das Coordenações dos Cursos Superiores e o restrito corpo administrativo articulado dificulta a gestão qualificada da formação. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), ainda que formalmente responsável por processos avaliativos, delega a cada curso a responsabilidade de lidar com dados complexos como os da evasão. Como relatado, “não há uma base sólida para se trabalhar com a evasão de forma efetiva”, e a ausência de um corpo técnico adequado agrava o cenário. A sistematização dos dados, tanto sobre evasão quanto sobre egressos, é precária. “O principal meio de contato e monitoramento ainda tem sido pelas redes sociais, de forma informal. Não há um registro sistematizado”, apontou-se. Tal dado direciona as atenções sobre o problema para o âmbito da gestão institucional.



Ademais, a falta de estrutura administrativa e técnica impacta diretamente a formação docente e revela a permanência de uma lógica técnico-profissional que atravessa o IFMA como rede. Essa herança institucional tensiona a presença das graduações, especialmente as de caráter humanista, como a Licenciatura em Artes Visuais. Há, segundo o entrevistado, um descompasso entre a organização institucional e a complexidade das graduações: “a presença das graduações, especialmente na área da formação docente e das artes, exige outra lógica organizacional — mais transversal, mais dialógica, mais aberta às múltiplas formas de produção de conhecimento e atuação no mundo”.

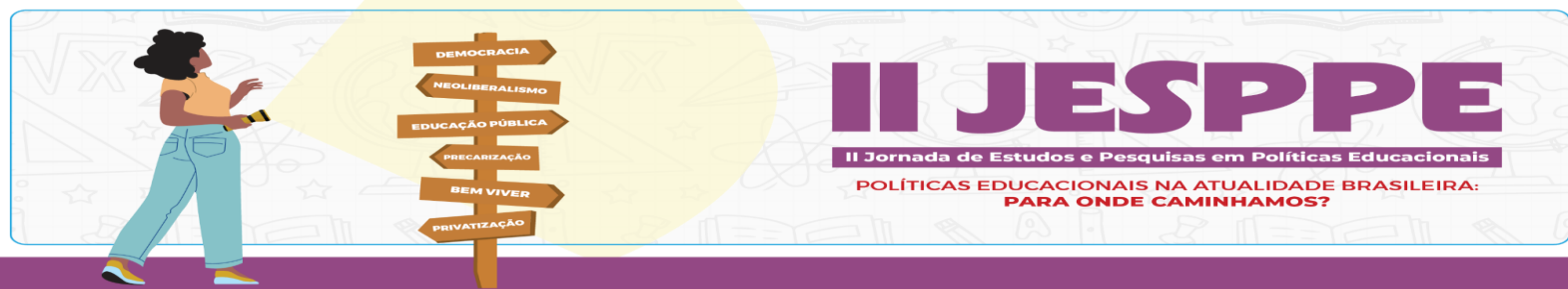
A crítica à gestão verticalizada é contundente. As resoluções e normativas institucionais, muitas vezes, são elaboradas por sujeitos “afastados do chão da escola, distantes da sala de aula, alheios à vivência dos estudantes e professores”. Essa separação entre o pedagógico e o administrativo evidencia o abismo entre gestão e realidade: “as resoluções frequentemente estão desalinhadas das necessidades reais dos cursos, dos estudantes, da diversidade de trajetórias que atravessam o ensino superior público”. Nesse âmbito, o problema da evasão encontra relação com o modelo de gestão adotado na instituição.

O cenário analisado pelo coordenador entrevistado aponta para o problema da ocupação das instituições públicas de educação por modelos de gestão de natureza gerencialista, em estreito diálogo o avanço do processo de empresariamento da política educacional brasileira. Tal referencial dialoga diretamente com os interesses reformistas da sociedade brasileira à luz do capital em sua fase neoliberal, para a qual:

A participação na gestão é de caráter instrumental, como um mecanismo para defender as liberdades individuais e competitivas e não da coletividade. Deste modo, participar implica na visão utilitarista do indivíduo, que perpassa na instituição pela relação custo e benefício (Ribeiro; Chaves, 2012, p. 10)

Por fim, em suas análises o coordenador do curso também nos convoca a refletir sobre a posição de subalternidade do arte-educador no interior da estrutura educacional, afirmando:

Não somos pacíficos, nem passivos. Somos muitas vezes preteridos, empurrados para as bordas das decisões, responsabilizados por aquilo que “ninguém quer fazer”. O professor de arte ainda carrega o estigma da aula “menor”, do estereótipo folclórico, do fazer “bonitinho”. Só que a arte não é só sobre sensibilidade ou habilidade — ela é, antes de tudo, sobre revolução do olhar, do sentir, do pensar.



As contradições aqui apontadas descortinam os limites da proposta formativa dos Institutos Federais, que, embora pautada na integração entre trabalho e formação humana ampla, esbarra na permanência de uma lógica tecnicista e fragmentada. A omnilateralidade, enquanto princípio formativo, não se realiza plenamente num contexto em que políticas institucionais, estrutura administrativa e desigualdades sociais seguem expropriando os sujeitos.

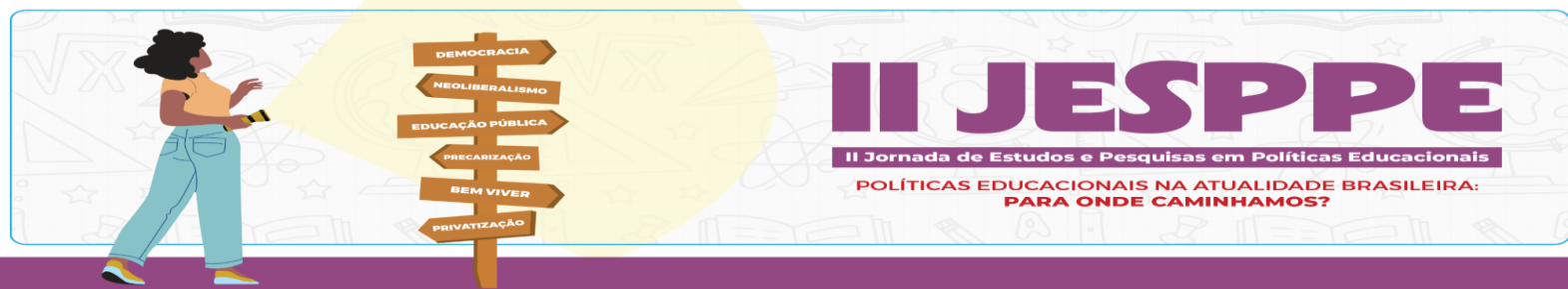
Nesse sentido, entende-se que os problemas que circunscrevem as diversas realidades de evasão escolar na educação brasileira só podem ser enfrentados a partir do desvelamento dos seus mais enraizados condicionantes. Assim, essa é uma tarefa que - junto aos conhecimentos da sociologia, da política, da gestão e de outras áreas da educação - nos desafia a expandir estudos e formações rumo à compreensão da realidade à luz da totalidade. Afinal, como alertou o pensador Eduardo Galeano, no livro *As veias abertas da América Latina* (2010): “a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o desafio do pensador uruguaio, a partir dos dados levantados por meio desta primeira aproximação com o problema da evasão no Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFMA CCH, das análises e reflexões teóricas à luz das teorias da sociologia, da política e da gestão da educação, apresenta-se algumas considerações, com o objetivo de elencar questões para a necessária expansão do debate.

Até o presente momento não conseguimos acessar um banco de dados que nos permita a análise quantitativa do problema. Entretanto, acreditamos que os dados alcançados por meio das pesquisas bibliográfica e de campo que ora se apresentam abrem caminhos para reflexões e estudos futuros. Nesse sentido, trazemos as seguintes questões à guia de conclusão:

- a. *A necessária valorização da arte como campo de conhecimento e valorização da licenciatura:* é importante demarcar a centralidade da arte como campo de conhecimento próprio nos processos de formação de educadores voltados para o ensino das artes visuais. Tal questão atravessa o problema da evasão escolar no Curso investigado e aponta para a

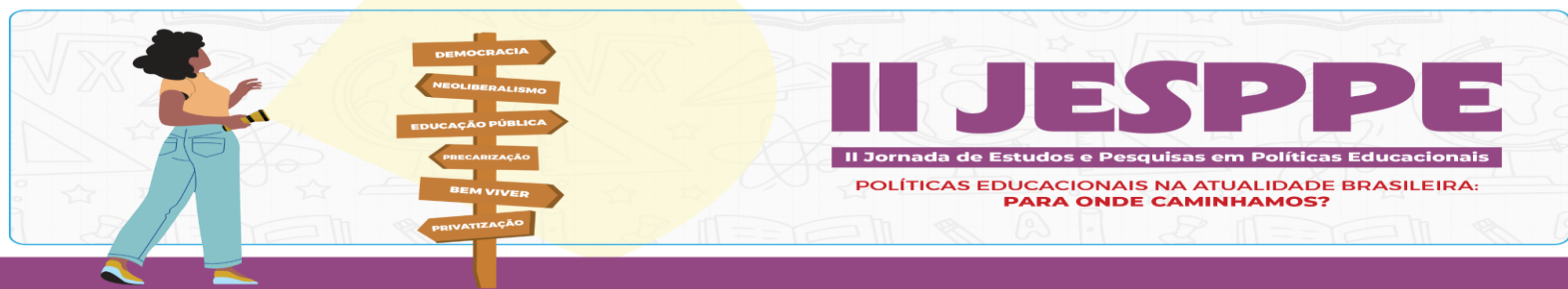


necessidade de reconhecimento da arte e do seu ensino enquanto importante campo para a formação do pensamento crítico;

- b. *O problema da evasão escolar e sua intrínseca relação com as contradições geradas pela reforma empresarial da educação brasileira:* essa questão nos remete aos impactos da mercantilização das políticas educacionais e à necessidade de permanente luta pela educação pública, gratuita e de qualidade; pela valorização do trabalho docente; ampliação das políticas de assistência estudantil e garantia de atendimento das necessidades que atravessam a realidade das licenciaturas. Ademais, conclama os esforços coletivos para a resistência ativa diante do avanço do controle da política educacional pelo empresariado e de aprofundamento da formação continuada de professores a fim de elucidar o contexto em questão;
- c. *A questão da gestão da educação pública e do funcionamento do IFMA:* a precariedade de estruturas para o funcionamento da gestão dos cursos de licenciatura no IFMA, com a ausência de um corpo técnico adequado, limita a atuação das coordenações no acompanhamento dos problemas que transpassam a realidade das licenciaturas — uma questão que, por sua vez, está relacionada ao desmantelamento da educação pública. Soma-se ao problema a dificuldade de acesso à uma base de dados no âmbito do IFMA, que possibilite a compreensão ampla do problema da evasão.

Limitada aos fundamentos do modelo de gestão gerencialista, a gestão do Instituto vem cada vez mais adotando estratégias empresariais neotecnicistas que distanciam a elaboração das políticas internas dos problemas reais das suas bases, que seguem elaboradas sem a garantia de efetiva participação dos sujeitos escolares. A superação desse cenário exige uma gestão construída a partir da realidade, sensível às margens e aos saberes que se constroem cotidianamente nos espaços formativos e fundamentada nos princípios da gestão democrática.

A formação em Artes Visuais, nesse cenário, tensiona os limites da estrutura vigente e aponta para a necessidade de uma reorganização institucional mais dialógica, comprometida com os sujeitos que a compõem e voltada para a atenção das demandas que emergem das bases da instituição.



Diante destas considerações alcançadas — que se referem à desvalorização dos trabalhadores da educação, às consequências advindas das fragilidades financeiras das instituições públicas de ensino, ao controle do acesso ao conhecimento e das áreas formativas que possibilitam a expansão do pensamento crítico — reforçamos a localização da evasão no cerne das contradições situadas no âmbito da relação educação-sociedade.

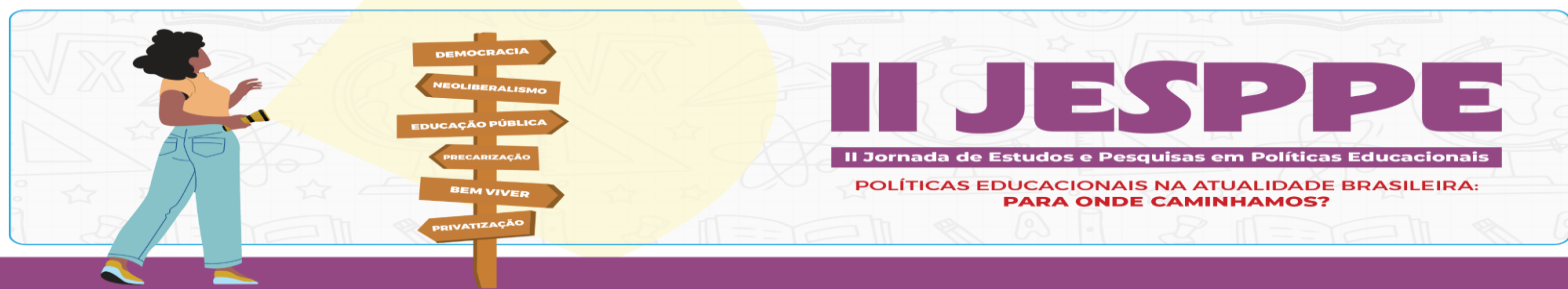
Sob essa perspectiva, expressamos a incapacidade de conciliação entre os interesses e preceitos de um modelo de sociedade e gestão baseado nos objetivos educacionais do capitalismo em sua abordagem neoliberal e as reais necessidades da sociedade brasileira. Tal compreensão nos remete ao histórico e contínuo aprofundamento de problemas relacionados à marginalidade (social e educacional) analisados por Saviani (2009), que se inscrevem nas tramas das relações de classe.

Nesse sentido, reiteramos as análises teóricas desenvolvidas no campo da sociologia da educação que apontam para a inalienável urgência de investigação dos problemas da educação em sua intrínseca relação com as contradições geradas por um projeto de sociedade no qual o mercado, não os anseios sociais, definem os rumos das políticas públicas.

Ademais, no que se refere ao ensino da arte, repetimos a análise do coordenador entrevistado, demarcando que, no campo da arte-educação, é fundamental compreender que “a arte é, antes de tudo, sobre revolução do olhar, do sentir, do pensar”. Logo, uma pauta importante para as mobilizações em defesa das políticas públicas de educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lenildes Ribeiro da Silva. **Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A Reprodução”**. Revista Inter-Ação, UFG, 30 (1): 139-155, jan./jun. 2005.
- BARBOSA, Ana Mae. **Políticas Públicas para o ensino da arte no Brasil: o perde e ganha das lutas**. USP, São Paulo. 2016
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.
- IFMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais**. São Luís: IFMA Campus Centro Histórico, 2019.



KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente:** a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei [et. al.] (Orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. **Relações entre o público e o privado na educação brasileira:** neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. Revista Trabalho Necessário. v.20, n 42. Niterói, RJ: UFF, 2022.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Gestão educacional:** modelos e práticas. In: ANPAE. Anais do III Congresso Iberoamericano de Política e Administração da Educação. Espanha, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas SP: Autores Associados, 2009.

_____. **Trabalho e educação:** fundamentos históricos e ontológicos. In: Revista Brasileira de Educação. 12. n. 34 jan./abr. 2007.

VASCONCELLOS, Sonia Tramuja.; STORCK, Karine.; MOMOLI, Daniel Bruno. **Para onde caminha o ensino das Artes Visuais?** Revista GEARTE, v. 5, n. 2, 2018.